

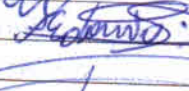


## CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL - INSTITUTO DE PREVIDENCIA PROPRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE THEOBROMA PARA O BIÊNIO 2021/2022 E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

No dia 21 (vinte e um) do mês de outubro do ano de 2021, no prédio do CMEJA Paulo Freire (supletivo), em reunião extraordinária do conselho deliberativo e fiscal do instituto de previdência própria dos servidores públicos, o presidente do conselho cumprimentando a todos, leu a pauta da reunião. Passando a palavra ao superintendente do IPT que trouxe ao conhecimento dos membros presentes as seguintes informações: informar que os repasses estão em dia sendo os parcelamentos, repasse previdenciários segurado e patronal. Sobre o credenciamento das instituições para futuras aplicações foi feito contato por e-mail com os bancos Itaú, Sicoob, caixa econômica, banco do Brasil, Intrader e Índigo convidando e solicitando as documentações necessárias para serem credenciados e atualizados. Na sequência passou a palavra ao senhor Douglas Bulian Consultor financeiro representante da INFINITY, prestadora de serviço de consultoria e assessoria financeira junto ao IPT, com recurso de projeção de imagem, o consultor apresentou e explicou o relatório trimestral, demonstrou que para o terceiro trimestre a meta atuarial a ser alcançada era de 4,39% e a rentabilidade dos recursos aplicado foram de -4,94%, esclareceu que as percas ultrapassam os ganhos, isso em virtude de no mês de agosto os fundos de investimentos AQUILA FII apresentar perca de -40% em e fundo CONQUEST FIP apresentar uma perca de -130% negativo, ou seja no último extrato o mesmo demonstra um saldo negativo do fundo R\$ -83.131,47 (oitenta e três mil cento e trinta e três reais e quarenta e sete centavos negativo). O Sr. Ricardo se manifestou dizendo que ocorreu reunião do fundo no dia seis de outubro de dois mil e vinte e um e que solicitou que a consultoria participasse representando o IPT na qualidade de cotista do fundo, em seguida pediu para que o consultor atualizasse o conselho com relação a situação do fundo. O Sr. Douglas confirmou que participou da reunião que iniciou as 9h00 horário de Brasília parada para almoço das 12h00 às 14h00 retomando com encerramento após a 17h00min. Esclareceu que houve muita desordem na reunião considerando que a convocação pela INDIGO foi de reunião para deliberação, e no momento disseram que se tratava de reunião expositiva, a INDIGO apresentou que o fundo CONQUEST teve início em suas atividade em doze de junho de dois mil e nove tinha o objetivo de investir em em presas com ramos de cosmético, tecnologia, alimento e higienização de uniforme, relatou que a INDIGO demonstrou que o fundo operou por sete anos seguidos com rentabilidade e que após a crise econômica de 2015, ocorreu a desaceleração econômica chegando ao ponto de as investidas não suportarem, desde então o fundo não conseguiu manter rentabilidade, relatou que a INDIGO mencionou que a perca apresentada ocorre em virtude de avaliação para precificação de preço do ativo ao qual segue em processo judicial em segredo de justiça, o consultor esclareceu que a INDIGO informou a liquidação do fundo e de listagem do fundo na bolsa, de acordo com o consultor houve manifestação dos cotistas presentes não concordando com a liquidação do fundo sem a apresentação de um plano de liquidação elabora pela administradora, mesmo após varia tentativas da mesa retomar a ordem, os cotistas impediram que a reunião tivesse continuidade por



descordarem com a providencias que a INDIGO estavam tomando e forma que estavam procedendo com a medida de liquidação, houve manifestação da INDIGO dizendo que não estavam em discussão a deliberação dos cotista e que a legislação ampara a liquidação do fundo nas circunstancias econômicas que se encontram, esclareceu o consultor que foi encerrado a reunião com a solicitação dos cotistas de toda a documentação do fundo. O Sr. Ricardo rememorou e destacou a consignar em ata que os referidos fundos foram aplicações de outra Gestão, e que infelizmente se tratando de um fundo fechado para aplicações e resgate, compete a atual gestão apenas acompanhar de defender os interesses do IPT como cotista nas assembleias. Passando a palavra novamente ao consultor, o mesmo deu continuidade a apresentação do relatório, de janeiro a setembro o IPT tem perca patrimonial de R\$ -878.623,98 (oitocentos e setenta e oito mil seiscentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos negativo) a meta atuarial que precisava para o exercício acumula 11,21% e a rentabilidade carteira foi de -4,54%, o total do patrimônio do IPT considerando os últimos extratos é de R\$ 18.641.854,77 (dezoito milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos). Agradeceu a atenção de todos, mencionou que para o início do mês marcara reunião para apresentar a minuta da Política de investimento, passou a palavra ao presidente do conselho que perguntou se havia algo mais a ser tratado não havendo manifestação agradeceu a presença de todos e deu por encerrado a reunião, da qual, para constar, eu, Silma Akerley da Silva, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelos membros presentes.

|    |                                                      |                                                                                      |
|----|------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | Silma Akerley da Silva (Legislativo)                 |  |
| 02 | José Carlos da Silva Elias (Presidente do conselho)  |  |
| 03 | Eliandra Ferreira de Paula (Conselho Deliberativo)   |  |
| 04 | Vanderlei Viudes Peres (Conselho Fiscal)             |  |
| 05 | Maria Nilda da Silva Souza (diretora financeira)     |  |
| 06 | Érica Santana Cristo (Conselho Deliberativo)         |  |
| 07 | Anilton Lima Ferreira (Conselho Fiscal)              |  |
| 08 | Ricardo Luiz Riffel (Superintendente)                |  |
| 09 | Altamiro Cesar Schultz (executivo)                   |  |
| 10 | Ivo Antônio dos Santos (Conselho fiscal)             |  |
| 11 | Lilia Caires Cavalcante Eler (Conselho Deliberativo) |  |
| 12 | Almir Emilio Dornelio (Conselho Deliberativo)        |  |
| 13 | Douglas Bulian (consultor Financeiro)                |  |
| 14 | Iuri Afonso Reis (consultor Jurídico)                |  |